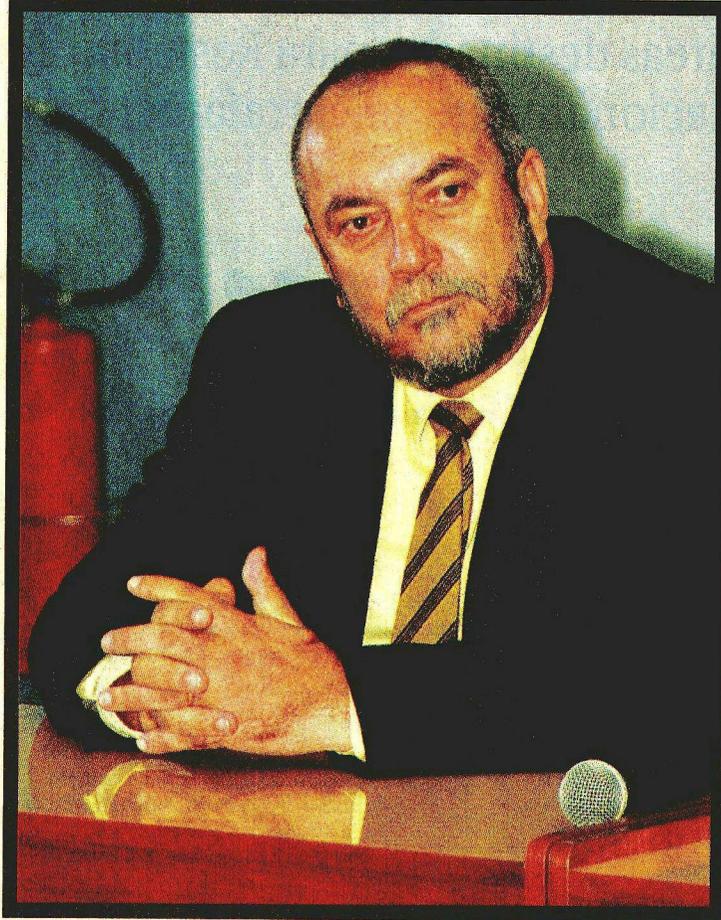


Governo estuda permuta

GUILHERME GOULART
DA EQUIPE DO CORREIO

Breno Fortes/CB/29.7.04



O Governo do Distrito Federal (GDF) estuda alternativas para contornar a polêmica gerada pela construção de blocos nos lotes definidos como Restaurante de Unidade de Vizinhança (RUV), na Asa Sul. A Secretaria de Coordenação das Administrações Regionais (Sucar) e a Companhia Imobiliária do DF (Terracap) iniciaram ontem levantamento para descobrir a quantidade de terrenos públicos no Plano Piloto. A avaliação poderá servir para o governo local propor permuta com os donos das áreas verdes nas quadras 200, voltadas para as 400.

O secretário de Coordenação das Administrações Regionais, Vatanábio Brandão, afirmou que a análise das terras não garante a troca. "Ainda não temos idéia do que sairá do estudo. Tudo que puder ser feito para evitar transtornos, será realizado. Mas temos limites e serão levados em conta", disse. De acordo com Brandão, é preciso que os proprietários estejam de acordo com as ofertas do GDF para que seja realizada a permuta.

Duas construtoras já cercaram os lotes especiais nas comerciais das 200. Representantes da Conterc Construção, dona do lote na 211 Sul, e da Attos Construções e Incorporações, responsável pelo Bloco D da 208 Sul, se mostraram abertos à negociação com governo. A exigência, porém, é de que a troca ocorra com terrenos de valores similares e no

Plano Piloto. Estimativa feita pela Câmara de Valores Imobiliários aponta que cada área vale entre R\$ 800 mil e R\$ 1 milhão.

A permuta é prevista pelo Artigo 35 do Estatuto das Cidades (*leia quadro*). A norma, que sugere a possibilidade de troca para fins de preservação, foi citada em moção aprovada por unanimidade na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Deputados da oposição e governistas assi-

nam o documento que reivindica a revisão de autorizações para obras nas RUVs. Os distritais argumentam que novos empreendimentos aumentariam o fluxo de carros nas quadras e agravariam a falta de estacionamentos.

Qualidade de vida

O pedido de troca também ganhou reforço do presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência,

“**TUDO QUE PUDER SER FEITO PARA EVITAR TRANSTORNOS SERÁ REALIZADO. MAS TEMOS LIMITES E SERÃO LEVADOS EM CONTA**”

Vatanábio Brandão,
secretário de Coordenação das
Administrações Regionais

Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo da Câmara Legislativa, o distrital Augusto Carvalho (PPS). Ele encaminhou ofício ao governador Joaquim Roriz (PMDB) em nome da preservação da qualidade de vida do brasileiro. "Embora a construção seja legal, é uma situação ruim para uma cidade que mudou muito ao longo dos anos", afirmou.

Ainda assim, os lotes particulares estão na mira do Ministério

O QUE DIZ A LEI

● O artigo 35 do Estatuto das Cidades, Lei 10.257, de 2001, autoriza os proprietários de imóveis urbanos a permutar os terrenos por outro do governo para fins de preservação.

● Baseada no Plano Diretor, a norma estabelece que a troca ocorra nos casos em que os imóveis forem considerados de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural.

● A alienação do lote deve ser feita mediante escritura pública.

Público. O promotor Paulo José Leite Farias, da Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb), instaurou procedimento de investigação preliminar para apurar possíveis irregularidades na utilização das áreas verdes. A apuração foi aberta com base em pedido de moradores do Plano Piloto, que listaram motivos para o embargo das obras e a derrubada de árvores nos lotes.